



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

Q55

12  
f

**3ª CÂMARA CÍVEL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0061481-7/01**

**EMBARGANTE:** BANCO DO BRASIL S/A

**EMBARGADA:** JOSENILDA PAZ DO NASCIMENTO

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**ACÓRDÃO N.º 250/2009**

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. ART. 21, P. Ú, DO CPC. DECAIMENTO DE PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REJEIÇÃO. 1. Argumenta o embargante que o acórdão recorrido, julgando parcialmente provido o recurso, omitiu a parte referente às custas processuais e aos honorários advocatícios. No particular, requer a aplicação do parágrafo único do art. 21 do CPC assim grafado: “Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários”. 2. Contudo, ficou claro o entendimento deste Órgão Julgador, no sentido de que a parte dispositiva da sentença pertinente ao ponto ora embargado não sofreu qualquer alteração. 3. Recurso a que se rejeita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto do relator.*

Recife, 16 de dezembro de 2009.

  
Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

056  
/

13  
t

**3ª CÂMARA CÍVEL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0061481-7/01**

**EMBARGANTE:** *BANCO DO BRASIL S/A*

**EMBARGADA:** *JOSENILDA PAZ DO NASCIMENTO*

**RELATOR:** *DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES*

**RELATÓRIO**

Cuidam estes autos de embargos de declaração opostos à iniciativa do *BANCO DO BRASIL S/A* contra acórdão desta Terceira Câmara Cível.

Em suas razões recursais, alega o embargante que o referido acórdão encontra-se omissos, por não determinar unicamente à embargada o pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, em observância ao parágrafo único do artigo 21 do CPC.

A par desses fundamentos, pleiteia o acolhimento dos aclaratórios, com a concessão de efeitos modificativos.

Eis os aspectos a relatar.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

057

14  
8

VOTO

**Ementa:** Direito processual civil. Embargos de declaração em face de acórdão. Alegação de omissão. Art. 21, p. ú, do CPC. Decaimento de parte mínima do pedido. Pagamento de custas e honorários advocatícios. **Rejeição.** 1. Argumenta o embargante que o acórdão recorrido, julgando parcialmente provido o recurso, omitiu a parte referente às custas processuais e aos honorários advocatícios. No particular, requer a aplicação do parágrafo único do art. 21 do CPC assim grafado: "Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários". 2. Contudo, ficou claro o entendimento deste Órgão Julgador, no sentido de que a parte dispositiva da sentença pertinente ao ponto ora embargado não sofreu qualquer alteração. 3. Recurso a que se rejeita.

Conforme é cediço, servem os embargos de declaração apenas para sanar omissões, suprir lacunas, remover contradições e aclarar obscuridades eventualmente existentes na decisão, sentença ou acórdão embargados.

Argumenta o embargante que o acórdão recorrido, julgando parcialmente provido o recurso, omitiu a parte referente às custas processuais e aos honorários advocatícios. Requer a aplicação do parágrafo único do art. 21 do CPC assim grafado: *Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários.*

Contudo, ao analisar o acórdão embargado, diviso que ficou claro o entendimento deste Órgão Julgador, no sentido de que a parte da sentença pertinente ao ponto ora embargado não sofreu qualquer alteração.

No particular, destaco trecho dispositivo da sentença (fl. 87):

*Diante do exposto, JULGO, em parte, PROCEDENTE o pedido contido na inicial e CONDENO a ré, JOSENILDA PAZ DO NASCIMENTO – ME no pagamento do saldo devedor correspondente aos valores dos cheques por ela emitidos, sem suficiente provisão de fundos, acolhidos e pagos pelo Banco Autor, acrescido de juros remuneratórios de 12% (doze por cento) ao ano, custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da dívida, a ser apurada através de simples cálculos aritméticos.*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

058

Eis o teor do acórdão embargado:

**EMENTA:** DIREITO CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. PESSOA FÍSICA. FIRMA INDIVIDUAL. PATRIMÔNIO COMUM. REJEIÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS SUPERIORES A 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO. LIMITAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA LEI DA USURA. SÚMULAS 648 E 596 DO STF. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VEDADA CUMULAÇÃO COM CORREÇÃO MONETÁRIA, JUROS REMUNERATÓRIOS OU MULTA. NÃO PROVIMENTO DO APELO DA RÉ E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO AUTORAL. 1 - O sistema jurídico brasileiro não considera a firma individual como entidade diversa da pessoa natural do comerciante, que não se investe de dupla personalidade, uma civil e outra comercial, pelo que os débitos contraídos pela microempresa ligam a pessoa civil do comerciante e vice-versa. Assim, a titular da firma individual detém legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda, não obstante a ação tenha sido interposta contra a sua pessoa física. 2 - Resta assente na jurisprudência dos tribunais pátrios o entendimento de que a norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC n. 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar, consoante o disposto na Súmula n. 648 do STF. Assim, merece reforma a decisão do Juízo de primeiro grau, ao reduzir a taxa de juros por força da norma constitucional, eis que a Lei da Usura não é aplicável às operações realizadas pelos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a teor da Súmula n. 596 do STF. Outrossim, a questão do percentual aplicável deve ser remetida à fase de cumprimento de sentença, à mingua de apreciação do contrato firmado entre as partes. 3 - Quanto à incidência da comissão de permanência, tem-se que não é admitida sua cumulação com juros remuneratórios, correção monetária ou multa contratual, sob pena de acarretar condenável bis in idem, haja vista que tais incidências visam garantir a atualização do débito. 4 - Não provimento do apelo da ré e provimento parcial do recurso autoral, no sentido de afastar a redução da taxa de juros remuneratórios incidente no contrato bancário em questão, vedada a cumulação da comissão de permanência com correção monetária e multa contratual, mantendo-se a decisão vergastada nos demais termos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

059

16  
+

Dessa forma, reputo inexistente a omissão alegada, já que na própria sentença o Juiz monocrático condenou a parte embargada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, não havendo modificação desse ponto no julgamento da apelação.

Ante o exposto, ausentes as causas de embargabilidade, rejeito o presente recurso.

Assim é como voto.